Relatório da Participação da Assembleia da República

na

Reunião Interparlamentar

organizada pela

Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO)

O Ponto de Situação do Debate sobre o Futuro da Europa[1]

(Parlamento Europeu, Sala JAN 4Q1, Bruxelas, 10 de outubro de 2018)

Composição da Delegação

A Delegação da Assembleia da República foi constituída pelo Senhor Deputado **Álvaro Castello - Branco** (CDS-PP)

A assessoria foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Síntese

O principal objetivo da reunião consistiu em proporcionar aos parlamentares uma oportunidade de debate e reflexão sobre as evoluções institucionais e políticas que se seguiram à aprovação das resoluções do Parlamento Europeu de 16 de Fevereiro de 2017.[2]

Do debate ocorrido ficou claro que a UE tem, ainda, muitos desafios futuros a enfrentar, parecendo existir alguma unanimidade quanto à necessidade de alteração de processos de decisão, com maior transparência, maior envolvimento dos Parlamentos (Europeu e nacionais), bem como das estruturas regionais e locais e menor poder do Conselho.

[1] Documentação e informação sobre a reunião em: http://www.europarl.europa.eu/committees/en/afco/events-nationalparl.html?id=20180912MNP00381
Vídeo disponível em:
http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20181010-1430-COMMITTEE-AFCO

[2] As resoluções foram aprovadas com base em diversos relatórios: **Uma capacidade orçamental específica para a zona euro (**relatório sobre a capacidade orçamental da área do euro, Reimer Böge (PPE, Alemanha) e Pervenche Berès (S&D, França)); **Explorar o potencial do Tratado de Lisboa** (relatório preparado por Mercedes Bresso (S&D, Itália) e Elmar Brok (PPE, Alemanha), **Reforma dos tratados** (relatório do MEP Guy Verhofstadt, ALDE). Síntese em: http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/priorities/uma-europa-melhor-para-os-seus-cidadaos/20170219STO63247/o-futuro-da-ue-o-debate-sobre-a-reforma-da-europa

➢ *Declarações Introdutórias*

Danuta Maria Hübner, Presidente da Comissão AFCO deu início aos trabalhos, sublinhado que o debate sobre o futuro da Europa envolve todas as instituições da União Europeia (UE). No que concerne ao Parlamento Europeu, a Comissão AFCO encontra-se a elaborar um relatório que resume o debate. Aludiu, em concreto, à discussão em curso sobre a introdução da votação por maioria qualificada no Conselho em matérias de Política Externa e de Segurança Comum/ Política Comum de Segurança e Defesa (PESC / PCSD), ao invés da aplicação da atual regra da unanimidade; a importância de aumentar a transparência interinstitucional; e ao direito de inquérito do PE.

Seguiu-se uma alocução de **Juliane Bogner-Strauß**, Ministra Federal da Chancelaria Federal para as Mulheres, Famílias e Juventude. A Ministra referiu-se ao lema da Presidência austríaca, *uma Europa que protege* e argumentou que a principal prioridade consiste em abordar as ameaças à segurança, migração, vizinhança da UE e competitividade. No que diz respeito ao desafio migratório, o Conselho concorda que as propostas da Comissão em matéria de proteção das fronteiras e de regresso deverão ser tratadas como prioridade máxima nos próximos meses. Referiu-se à importância de reforçar o mercado único, especialmente o mercado único digital, para apoiar as empresas e os serviços. No que concerne à segurança, argumentou que a vizinhança da UE não se tornará estável, a menos que sua segurança seja garantida, o que, só por si, constitui um argumento forte a favor do alargamento da UE aos Balcãs Ocidentais. Para a Áustria, o cenário preferido para o futuro da UE seria o cenário quatro[3], ou seja, uma UE que atua em grandes questões de interesse comum. Sublinhou, ainda, que os Estados-Membros não querem uma UE que interfira em tudo e, como tal, é importante

[3] Referência aos 5 cenários do **Livro Branco sobre o futuro da Europa e documentos de reflexão**: 1. Continuidade; 2. Restringir-se ao mercado único; 3. Fazer "mais" quem quiser "mais"; 4.Fazer "menos" com maior eficiência; 5. Fazer muito "mais" todos juntos. [3] Disponível em https://ec.europa.eu/commission/future-europe/white-paper-future-europe_pt

reforçar o princípio da subsidiariedade. Salientou o importante papel dos jovens e da sua identidade europeia, mencionando vários eventos organizados pela Presidência Austríaca, nomeadamente no âmbito da promoção dos diálogos com os cidadãos, onde os jovens puderam fazer ouvir a sua voz.

Věra Jourová, Comissária responsável pela Justiça, Consumidores e Igualdade de Género, deu início à sua alocução, referindo que a UE necessita de propor iniciativas que as pessoas precisem e desejem, tendo os políticos o dever de honestidade e de sinceridade para com o eleitorado. Referiu-se a alguns dos desafios atuais da UE que, em sua opinião, foram causados por más decisões políticas. De seguida, mencionou três ameaças principais às próximas eleições: a proteção dos dados pessoais (uma área na qual a Comissão tem muita competência); as notícias falsas; e a segurança cibernética. Quanto ao primeiro ponto, recordou o caso *Facebook-Cambridge Analytica* e salientou a distinção entre armazenar dados sobre os utilizadores por motivos comerciais, caso em que o utilizador pode decidir ignorar os anúncios, por oposição à sua segmentação por inclinações políticas, situação que contraria os princípios democráticos básicos sobre a realização de eleições livres, justas e pluralistas. A Comissão quer que as regras eleitorais nacionais que se aplicam à esfera *off-line*, comecem a aplicar-se à esfera *on-line* onde, na prática, ocorre a maior parte da campanha eleitoral. Salientou que tal não deve ser confundido com censura.

Reinhold Lopatka, Presidente da Subcomissão Permanente dos Assuntos Europeus do Conselho Nacional da Áustria, referiu-se ao projeto de relatório do PE, salientando que concorda com muitos (não todos) dos pontos nele incluídos. Prosseguiu, referindo que os desafios europeus devem ser abordados em diferentes níveis, sendo, por isso, muito importante envolver os Parlamentos nacionais na sua resolução. Salientou a importância de manter o diálogo entre o PE, os Parlamentos nacionais e os cidadãos. Mencionou a task force sobre a subsidiariedade e defendeu que os Parlamentos nacionais e regionais deveriam ter um papel mais proeminente e que deveriam trabalhar em parceria com o PE. Sublinhou a inexistência de uma identidade europeia, ou de um passaporte europeu, pelo que o nível nacional permanece muito relevante. Referiu-se ao procedimento do cartão verde como uma medida positiva, que deveria ser mais promovida, uma vez que incentiva a participação ativa, ao contrário do cartão amarelo, de pendor mais "negativo".

Christian Buchmann, Presidente da Comissão da UE do Conselho Federal Austríaco

sublinhou a importância da confiança dos cidadãos da UE nas suas instituições europeias. Para que isso aconteça, é importante tomar decisões no nível certo. Referiu que a sua câmara parlamentar prossegue uma intensa atividade europeia, escrutinando as propostas de atos legislativos da UE, nomeadamente através da emissão de pareceres. Defendeu um reforço da ação europeia em certas áreas em que um Estado-Membro, por si só, não pode ser eficaz. No caso da Áustria, as decisões são também tomadas a nível regional e municipal, reforçando assim o princípio da subsidiariedade. Salientou que, no entanto, deveria haver mais coordenação e cooperação entre os Parlamentos nacionais, regionais e o PE. Preconizou, ainda, um alargamento dos direitos de intervenção dos Parlamentos nacionais, não devendo os mesmos limitar-se ao escrutínio, mas, igualmente, ter iniciativa legislativa europeia, reiterando a opinião do orador anterior sobre o procedimento do cartão verde. Terminou, defendendo ainda um maior envolvimento do nível regional e local numa fase precoce do procedimento legislativo europeu.

Luca Jahier, Presidente do Comité Económico e Social, referiu que a UE necessita de encontrar um equilíbrio entre ser ousada e aproveitar novas oportunidades, por um lado, e mostrar que se preocupa e pode proteger os direitos das pessoas, por outro. A UE deve explorar melhor o Tratado de Lisboa para alcançar este equilíbrio. Olhando para o futuro, deve reforçar a zona euro e a UEM; aumentar a participação civil através da subsidiariedade horizontal e vertical; e alcançar a plena implementação do art.º 11.º do Tratado sobre democracia participativa. Reforçou a ideia de que certos desafios não podem ser tratados de forma eficaz apenas a nível nacional, o que significa, para a UE, uma crescente insatisfação e altas expectativas quanto à sua capacidade de resposta. O futuro da UE deve ser impulsionado pelos seus cidadãos, que precisam de se sentir bem representados a nível institucional. Muitos cidadãos perderam a memória da história comum, bem como o sentido de pertença à UE. No entanto, no entender do orador, o atual momento de crise pode levar a um renascimento, alicerçado em ideias ousadas e criativas, centradas nos cidadãos. Concluiu a sua alocução, referindo que a UE deveria tentar fortalecer sua ligação com os Parlamentos nacionais, tornando este elo de ligação mais estruturado, equilibrando, assim, os poderes do Conselho. Defendeu ser crucial defender o papel da Comissão Europeia. Quanto ao Conselho, preconizou o alargamento das tomadas de decisão baseadas na votação por maioria qualificada e uma implementação mais rápida dos textos aprovados. Terminou, referindo-se à

necessidade de uma maior coordenação e cooperação com os níveis regional e municipal.

Seguiu-se uma intervenção de um Representante do Comité das Regiões, em nome do seu Presidente, que começou por defender uma maior transparência no funcionamento do Conselho. Continuou a sua alocução, aludindo à responsabilidade do Comité das Regiões (CR) sensibilizar para as questões regionais a nível europeu. Salientou a importância de incluir o nível local e o regional no processo de decisão da UE e de os utilizar como forma de reduzir a distância entre a UE e os seus cidadãos. Afirmou que o CR centrou a sua atenção numa série de áreas importantes, como a integração dos migrantes; a criação de uma Europa mais justa do ponto de vista social e as alterações climáticas. Referiu-se ao diálogo com os cidadãos como uma ferramenta de envolvimento dos cidadãos da UE, preconizando o diálogo, a confiança e a proximidade como fundamentais para colocar o cidadão no centro do projeto da UE. Salientou o aspeto territorial da legislação da UE, bem como a importância de defender a democracia como um modelo de governação que melhor funciona.

- ***Intervenções***

Esta sessão teve início com uma alocução do orador convidado, **Joaquín Almunia**, antigo Vice-presidente da Comissão Europeia.

O orador começou por sublinhar a necessidade de clarificarmos o que queremos para o nosso futuro enquanto europeus, recordando que temos de enfrentar os desafios e que é inegável que o projeto europeu padece de alguns problemas sérios. A nível nacional, os Estados-Membros têm problemas com as suas democracias que, há anos, pensámos estarem resolvidos. Agora sabemos não ser esse o caso e temos turbulências na nossa ordem nacional. Os cidadãos enfrentam diversas incertezas e as sociedades estão mais politizadas. Alguns temem o futuro, outros temem recuar. A Europa é a resposta para aqueles que estão com medo de retroceder e que podem liderar o caminho para o futuro. Os cidadãos da UE querem proteção e progresso ao mesmo tempo. Prosseguiu, recordando que a liderança política de hoje é mais difícil, a porque há muitos atores envolvidos em processos políticos complexos. Neste contexto, a liderança, para produzir bons resultados, deve ser fortalecida. Aludiu, de seguida, à necessária reforma institucional da UE, nomeadamente através da introdução de alterações ao Tratado, eventualmente para melhorar o enquadramento institucional. No

entanto, nas circunstâncias atuais, precisamos de concentrar os nossos esforços no que pode mudar sem a mudança do Tratado. Referiu-se, em concreto, à "cláusula *passarelle*", bem como a um reforço da cooperação. Reiterou a ideia já anteriormente expressa, quanto ao excesso de poder do Conselho, defendendo que este deve ser contrabalançado. Neste contexto, salientou que as decisões sobre questões do mercado de trabalho e tributação devem basear-se em votação por maioria qualificada e defendeu um alargamento do método interinstitucional, em detrimento de decisões ao nível intergovernamental. No seu entender, as prioridades europeias deverão ser as seguintes: a conclusão da UEM; o reforço do mercado único; a política europeia de migração e o terrorismo.

Seguiram-se as alocuções dos relatores sobre o tema em debate, que sintetizaram as conclusões dos seus relatórios nos seguintes termos:

Ramón Jáuregui Atondo (S&D), relator da Comissão AFCO sobre o estado do debate sobre o futuro da Europa (2018/2094 (INI))[4] , começou por referir a crise existencial da UE devido a uma série de desafios com os quais a União se debate atualmente. Além disso, a UE é um corpo legislativo complexo e de processos longos, burocráticos e complexos, que dificultam a adoção de ações rápidas em diversas áreas, tais como a política externa. Referiu-se, igualmente, à importância de uma união de Estados para enfrentar desafios comuns dando, como exemplo, a proteção de valores e liberdades fundamentais numa era digital. Lamentou o facto de o PE não poder contribuir para muitos *dossiers* importantes, que estão nas mãos da Comissão e do Conselho, cabendo ao PE um mero papel de consulta, o que cria um défice democrático. Acresce, que o Direito da UE é cada vez menos respeitado nos Estados-Membros. Aludiu, ainda, ao QFP pós 2020 e ao impacto do Brexit no orçamento da UE, o que colocará a questão de selecionar os desafios que a UE deverá enfrentar e quanto dinheiro será disponibilizado para os abordar de forma abrangente e adequada.

Ivana Maletić (PPE), relatora da Comissão ECON para o parecer sobre "A situação do debate sobre o futuro da Europa" (2018/2094 (INI)) (Comissão associada nos termos do artigo 54.º do Regimento)[5], começou por mencionar uma série de prioridades

[4] https://oeil.secure.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=&reference=2018/2094(INI)

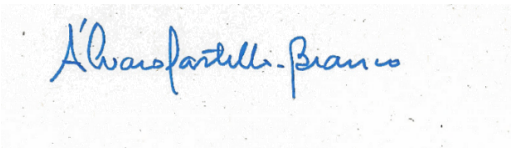
[5] https://oeil.secure.europarl.europa.eu/oeil/popups/ficheprocedure.do?lang=&reference=2018/2094(INI)

económicas e financeiras que se enquadram no debate sobre o futuro da Europa: conclusão da União Bancária e tratamento de todos os Estados-Membros da área do euro de forma igual e aberta; fortalecimento dos mercados de capitais, o que acarretaria resultados positivos no que diz respeito à partilha de riscos privados, à convergência económica e à criação de uma "almofada" contra choques futuros; a conclusão da UEM, a fim de proteger a estabilidade do euro e reforçar a convergência das políticas orçamentais e económicas dos Estados-Membros; e a conclusão do trabalho no MEE e o apoio ao Fundo Único de Resolução. Sublinhou a importância de aumentar o investimento na economia da UE; de criar uma área única de IVA e de adaptar os nossos sistemas fiscais à revolução digital em curso, entre outros.

No debate que se seguiu, no qual participaram parlamentares do PE e dos Parlamentos nacionais, foram abordadas diversas questões, entre as quais se destacam: a extensão da votação por maioria qualificada no Conselho a áreas como a fiscalidade e o impacto desta nos Estados-Membros; a divisão de *soft power* entre Estados-Membros de diferentes dimensões e de diferentes áreas geográficas; o amplo apoio dos cidadãos ao projeto da UE, apesar de a maioria dos cidadãos sentir que a sua voz não é suficientemente ouvida; a democracia parlamentar; a transparência interinstitucional e o escrutínio dos governos nacionais; a assunção de responsabilidade política; a responsabilização dos governos e a necessidade de levar mais a sério a UE, especialmente o PE; a austeridade; como lidar com diferentes tipos de migração, especialmente à luz do tão necessário crescimento económico e da criação de empregos; entre muitos outros.

Assembleia da República 11 de janeiro 2019

O Deputado da Assembleia da República



Álvaro Castello-Branco